

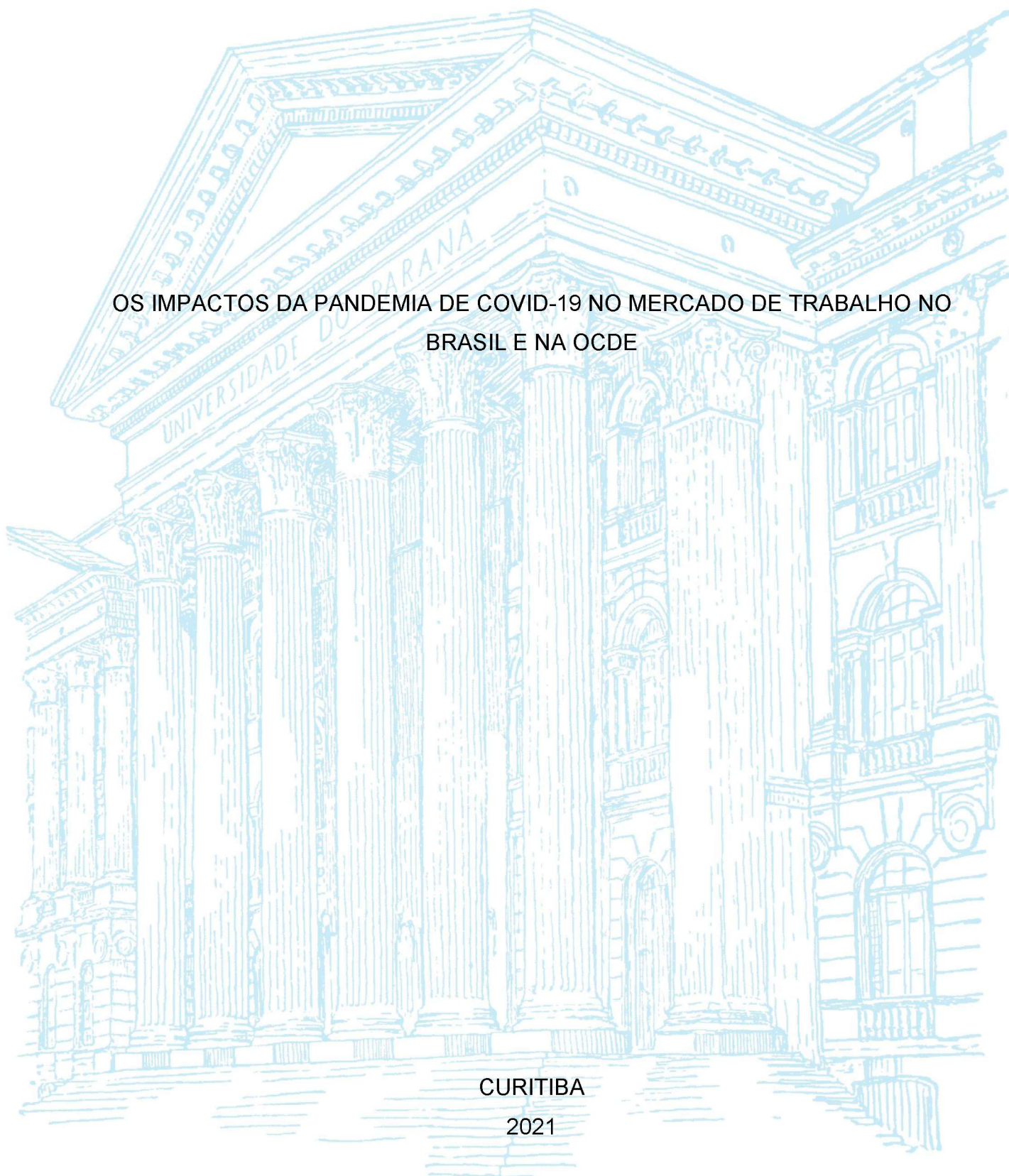
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VINÍCIUS GARCIA TAKASAKI

OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO MERCADO DE TRABALHO NO  
BRASIL E NA OCDE

CURITIBA

2021



VINICIUS GARCIA TAKASAKI

OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO MERCADO DE TRABALHO NO  
BRASIL E NA OCDE

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof. Dr. Junior Ruiz Garcia

CURITIBA

2021





## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço minha família, meus amigos e, em especial, aos professores **Raquel Guimarães** e **Junior Garcia** que foram excelentes orientadores na execução desse trabalho.

## RESUMO

A pandemia de COVID-19 restringiu a circulação de uma grande parte da população mundial, o que afetou a Economia e, conseqüentemente, os mercados de trabalho. Este trabalho busca verificar como a pandemia afetou o mercado de trabalho do Brasil e dos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A análise foi realizada com base em dados secundários referentes à desocupação e aos rendimentos do trabalho, assim como novas relações de trabalho que ganharam força na pandemia, como o trabalho remoto. Ainda que a comparação entre as estatísticas dos países seja difícil, os movimentos do mercado de trabalho dos países analisados foram semelhantes, tendo a pandemia causado uma considerável piora nas condições dos mercados de trabalho tanto do Brasil quanto da OCDE, com aumento nas taxas de desocupação, saída de trabalhadores da força de trabalho, queda nas horas trabalhadas e nos rendimentos dos trabalhadores. Especialmente os mais vulneráveis e discriminados, como mulheres, jovens e os menos escolarizados, parecem ter sido mais afetados em um cenário já desfavorável.

Palavras-chave: Economia do trabalho. Desocupação. **Rendimentos do trabalho.** Coronavírus.

## **ABSTRACT**

The COVID-19 pandemic restricted the transit of a large part of the world's population, which affected the Economy and, accordingly, labor markets. This work seeks to verify how the pandemic has affected countries and the extent of the impacts of the crisis on the labor market in Brazil and in the member countries of the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD). The analysis was carried out based on secondary data referring to desocupation and labor income, as well as new work relationships that became more usual during the pandemic, such as telework. Although the comparison of the statistics between countries may be difficult, the movements of the labor market in the analyzed countries were similar, with the pandemic causing a deterioration of the conditions in labor market in both Brazil and the OECD, with an increase in unemployment rates, exit of workers from the workforce, drop in hours worked and in workers' income. Especially the most vulnerable and discriminated workers, such as women, young people and the less educated, seem to have been more affected in an already adverse scenario.

Keywords: Labor Economics. Desocupation. Labor income. Coronavirus.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – PARCELA DAS OCUPAÇÕES QUE PODEM SER EXERCIDAS REMOTAMENTE (EM %), E TRABALHADORES COM EDUCAÇÃO TERCIÁRIA (%), EM 2018, NOS PAÍSES DA OCDE .....	38
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – TOTAL DE CASOS E ÓBITOS DIÁRIOS DE COVID-19 NOS PAÍSES-MEMBRO DA OCDE ENTRE MARÇO/2020 E JUNHO/2021 .....	22
GRÁFICO 2 – DISPARIDADES REGIONAIS NO EXCESSO DE MORTALIDADE ENTRE FEVEREIRO E JUNHO/2020, EM RELAÇÃO À MÉDIA DE 2018-19.....	24
GRÁFICO 3 – DISPARIDADES REGIONAIS NAS MORTES POR COVID-19, DE 24 DE JANEIRO A 15 DE AGOSTO DE 2020 .....	25
GRÁFICO 4 – TAXAS DE LEITOS HOSPITALARES POR 1.000 PESSOAS ENTRE 2000 E 2018.....	26
GRÁFICO 5 – MÉDIA MÓVEL (7 DIAS) DE CASOS E ÓBITOS DE COVID-19 NO BRASIL ENTRE MARÇO/2020 E JUNHO/2021 .....	27
GRÁFICO 6 – MÉDIA MÓVEL (7 DIAS) DE CASOS DE COVID-19, POR REGIÃO, ENTRE MARÇO/2020 E JUNHO/2021 .....	28
GRÁFICO 7 – MÉDIA MÓVEL (7 DIAS) DE ÓBITOS DE COVID-19, POR REGIÃO, ENTRE MARÇO/2020 E JUNHO/2021 .....	28
GRÁFICO 8 – TAXA DE DESOCUPAÇÃO (%) NA OCDE, EM 2019 E 2020, POR TRIMESTRE .....	34
GRÁFICO 9 – TAXA DE DESOCUPAÇÃO (%) NA OCDE, POR GÊNERO, POR TRIMESTRE, EM 2019 E 2020.....	35
GRÁFICO 10 – ESTIMATIVA DA FORÇA DE TRABALHO (MILHÕES DE PESSOAS) NA OCDE, POR TRIMESTRE, EM 2019 E 2020.....	36
GRÁFICO 11 – POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA POR CONDIÇÃO EM RELAÇÃO À FORÇA DE TRABALHO E CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO, POR TRIMESTRE, EM 2019 e 2020 (EM %) .....	39
GRÁFICO 12 – TAXA DE DESOCUPAÇÃO, EM RELAÇÃO À FORÇA DE TRABALHO, POR TRIMESTRE, EM 2019 e 2020 (EM %) .....	39
GRÁFICO 13 – TAXA DE DESOCUPAÇÃO, EM RELAÇÃO À FORÇA DE TRABALHO, POR TRIMESTRE, EM 2019 e 2020 (EM %) .....	40

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – TOTAL DE CASOS E ÓBITOS (ABSOLUTOS E POR MILHÃO) NOS PAÍSES-MEMBRO DA OCDE ATÉ 30 DE JUNHO DE 2021.....	21
TABELA 2 – MASSA DE RENDIMENTO REAL DE TODOS OS TRABALHOS (EM MILHÕES DE REAIS), POR TRIMESTRE, E VARIAÇÃO ENTRE TRIMESTRES (%), EM 2019 E 2020.....	41
TABELA 3 – PESSOAS EM TRABALHO REMOTO SEGMENTADAS PELOS SETORES FORMAL E INFORMAL (EM MILHÕES DE PESSOAS) ENTRE MAIO/2020 E NOVEMBRO/2020.....	41

## LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

AUS	- Austrália
AUT	- Áustria
BEL	- Bélgica
CAN	- Canadá
CHE	- Suíça
CHL	- Chile
COL	- Colômbia
CZE	- República Tcheca
DEU	- Alemanha
DNK	- Dinamarca
ESP	- Espanha
EST	- Estônia
FIN	- Finlândia
FRA	- França
GBR	- Grã-Bretanha
GRC	- Grécia
HUN	- Hungria
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRL	- Irlanda
ISL	- Islândia
ISR	- Israel
ITA	- Itália
JPN	- Japão
KOR	- Coreia
LTU	- Lituânia
LUX	- Luxemburgo
LVA	- Letônia
MEX	- México
NLD	- Holanda
NOR	- Noruega
NZL	- Nova Zelândia

OCDE	- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	- Organização Mundial da Saúde
PIB	- Produto Interno Bruto
POL	- Polônia
PRT	- Portugal
SVK	- Eslováquia
SVN	- Eslovênia
SWE	- Suécia
TUR	- Turquia
USA	- Estados Unidos da América

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>2 A PANDEMIA DE COVID-19</b> .....	<b>20</b>
2.1 PANORAMA DA PANDEMIA NOS PAÍSES DA OCDE .....	20
2.2 PANORAMA DA PANDEMIA NO BRASIL .....	26
<b>3 OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO MERCADO DE TRABALHO</b>	<b>30</b>
3.1 BASE CONCEITUAL E METODOLÓGICA .....	31
3.2 INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO DA OCDE .....	33
3.3 INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO DO BRASIL.....	38
3.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	42
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>47</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ao final de 2019, a cidade de Wuhan, na província chinesa de Hubei, experimentou um surto de pneumonia proveniente de um novo coronavírus - a síndrome respiratória aguda grave coronavírus 2 (SARS-CoV-2), que causa a doença infecciosa COVID-19. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o novo coronavírus uma pandemia, levando diversos países a adotar medidas de restrição que afetaram a mobilidade e a atividade econômica. Tais medidas visavam à diminuição do contágio, evitando, assim, um possível colapso nos sistemas de saúde. Essas medidas parecem ter sido bem-sucedidas na contenção do contágio em diversos países, porém, a combinação de grande incerteza, medo de infecção, restrições individuais devido a diretrizes públicas e o confinamento mandatório levaram a uma intensa contração da atividade econômica global, que não era vista desde a Grande Depressão, testando os limites de resistência dos mercados de trabalho, dos sistemas de proteção social e das sociedades em geral (OCDE, 2020a).

As restrições à atividade econômica variaram de país a país: em alguns, todos os serviços não essenciais foram fechados, enquanto, em outros, as restrições se aplicaram apenas a setores que envolviam grandes concentrações de pessoas, como entretenimento e hospedagem. A princípio, a pandemia de COVID-19 causou um choque de oferta, uma vez que as cadeias logísticas internacionais foram interrompidas, primeiramente com a China e, então, com a maioria dos países e regiões ao redor do globo, além da redução na produção devido a restrições de mobilidade locais, redução da jornada de trabalho e trabalhadores que adoeceram. Muitas firmas se viram, portanto, forçadas a suspender ou reduzir sua produção, levando-as a enfrentar restrições de liquidez e algumas delas, inclusive, perderam a capacidade de pagar os salários de seus funcionários. Apesar de intervenções governamentais sem precedentes, a incerteza sobre a propagação do vírus, assim como, em muitos casos, a redução dos rendimentos das famílias levou as pessoas e as empresas a reduzirem consumo e investimento a fim de poupar (OCDE, 2020a).

Para conter a queda da atividade econômica e amparar os trabalhadores e as empresas, os governos ao redor do mundo passaram a adotar políticas de manutenção de emprego, ajudando no financiamento dos custos das empresas que

sofreram com a brusca redução de receitas, assim como atuando na manutenção dos vínculos trabalhistas tanto com a possibilidade de redução das jornadas de trabalho, quanto com a suspensão temporária (em alguns casos, remunerada) dos trabalhadores, sem que eles fossem despedidos. Tais programas tendem a prover maior suporte do que os benefícios de seguridade social, tal como o seguro-desemprego, mitigando as dificuldades financeiras de muitos trabalhadores e sustentando a demanda agregada. Nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os programas de manutenção de emprego foram uma das principais políticas adotadas para conter o desemprego e o colapso social da crise de COVID-19. Em maio de 2020, esses programas ajudaram a manter aproximadamente 50 milhões de empregos nos países da OCDE, dez vezes mais do que na crise financeira global (OCDE, 2020b).

Mesmo com a ação dos governos, o impacto no mercado de trabalho se mostrou inevitável. Muitas das políticas adotadas para conter o desemprego focaram no setor formal da economia, não vislumbrando o impacto nos trabalhadores informais. Segundo pesquisa da WIEGO (2020), os impactos nos trabalhadores informais foram repentinos e severos, em alguns casos levando, inclusive, à perda permanente de renda. Também os trabalhadores domésticos se viram em um cenário de incerteza, uma vez que muitos daqueles que contratam seus serviços também perderam seus empregos. Os primeiros impactos da pandemia de COVID-19 no mercado de trabalho informal foram sentidos através das medidas de saúde pública adotadas, que limitaram ou impediram as atividades desses trabalhadores. Portanto, as perdas de rendimentos foram inevitáveis dentro de um cenário de fechamento de fronteiras, distanciamento social e medidas de *lockdown* parciais ou totais (WIEGO, 2020).

As mulheres também foram duramente afetadas pela pandemia. Além de terem papel fundamental nos serviços de saúde, pois compõem grande parte desta força de trabalho, a crise também afetou a carga de trabalho não remunerado que elas exercem, como os serviços domésticos e os cuidados com as crianças, uma vez que escolas e creches estiveram fechadas. Ademais, com as medidas de restrição à circulação, notou-se o aumento no número de casos de violência doméstica (WIEGO, 2020). A desigualdade de gênero no mercado de trabalho tende a se aprofundar em tais circunstâncias, a menos que os pacotes de estímulo

econômico façam provisões de forma a aumentar os investimentos em saúde pública e o suporte ao sustento das mulheres no mercado de trabalho informal (WIEGO, 2020).

Outro grupo afetado de maneira mais intensa foi o dos trabalhadores em início de carreira, especialmente porque muitos deles estão experimentando a segunda crise econômica profunda em suas carreiras ainda jovens. Muitos destes trabalhadores, pertencentes a grupos desfavorecidos, geralmente sofrem mais em crises econômicas, pois costumam ser os primeiros a perderem seus empregos e os últimos a retornar ao mercado de trabalho quando a economia começa a se recuperar. Segundo estimativas da OIT (2021), em termos relativos, as perdas de emprego foram maiores para os trabalhadores mais jovens (8,7%) do que para os mais trabalhadores mais experientes.

Mesmo que a pandemia ainda não tenha acabado, e muitos dos efeitos sobre o mercado de trabalho dessa crise de saúde pública não tenham sido plenamente identificados e entendidos, as primeiras evidências sugerem que a pandemia pode ter, pelo menos inicialmente, amplificado desigualdades já existentes no mercado de trabalho, com os trabalhadores mais vulneráveis pagando preços mais altos pela crise. Portanto, esse trabalho busca verificar a extensão dos impactos da crise no mercado de trabalho do Brasil e dos países membros da OCDE, analisando variáveis como a desocupação e os rendimentos do trabalho, assim como novas relações de trabalho que ganharam força na pandemia, como o trabalho remoto, de tal forma que seja possível estabelecer comparações entre os países analisados e compreender em qual extensão as medidas de isolamento social podem ter afetado as condições laborais, tanto no aspecto quantitativo quanto qualitativo.

Esta monografia foi elaborada a partir da revisão bibliográfica documental, utilizando referências sobre o mercado de trabalho publicadas a partir de 2010. Além das publicações realizadas por órgãos e institutos responsáveis por estudos econômicos e estatísticos, serão utilizadas como referências monografias, dissertações e teses que se relacionem com o tema aqui estudado. Ademais, o estudo utiliza dados secundários publicados pelos institutos oficiais de estatística dos países analisados, tais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Organização para a

Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Organização Internacional do Trabalho (OIT), para auxiliar na análise quantitativa.

Este trabalho é composto por esta introdução, um capítulo sobre a pandemia de COVID-19, um capítulo sobre os efeitos da pandemia no mercado de trabalho do Brasil e dos países membros da OCDE. Por fim, as considerações finais são apresentadas.

## 2 A PANDEMIA DE COVID-19

A COVID-19 causou a mais séria crise sanitária do último século e a maior crise econômica desde a Segunda Guerra Mundial (OCDE, 2021a). O impacto regional e local da crise sanitária de COVID-19 é bastante heterogêneo, tendo uma importante dimensão territorial, uma vez que as regiões não foram afetadas da mesma forma e os impactos de médio e longo prazo podem variar significativamente entre as regiões. Muitas das disparidades regionais nas taxas de mortalidade em alguns países refletem as desigualdades no acesso aos serviços de saúde, além das diferentes vulnerabilidades à doença (tais como questões demográficas, diferentes taxas de comorbidades etc.) e a diversidade das condições socioeconômicas entre os países. Existem crescentes evidências de que em muitos países as regiões na base da distribuição de renda e com piores condições de vida têm maiores taxas de mortalidade (OCDE, 2021a).

Neste capítulo, busca-se verificar, com maior ênfase no aspecto demográfico, o grau de extensão da pandemia nos países que compõem o objeto de estudo desse trabalho, de forma a se identificar questões que sejam relevantes na subsequente análise do mercado de trabalho destes países. O capítulo está subdividido em duas seções: na primeira, analisam-se os países da OCDE e, na segunda, o Brasil.

### 2.1 PANORAMA DA PANDEMIA NOS PAÍSES DA OCDE

A composição heterogênea, em termos socioeconômicos, dos países-membro da OCDE permite evidenciar como a pandemia de COVID-19 atingiu as regiões do mundo de formas diferentes. Identificam-se não apenas variações entre os países e os continentes, mas também entre as regiões e municípios. De maneira geral, por exemplo, as regiões na Ásia foram menos impactadas do que as regiões da Europa, América do Norte e América Latina (OCDE, 2021a).

Dentro dos países, as áreas urbanas com maior densidade populacional foram afetadas em maior intensidade na primeira metade de 2020, mas, na segunda metade do ano, o COVID-19 também se difundiu por áreas menos densas em alguns países. Nas áreas rurais, as taxas de mortalidade de COVID-19 aumentaram

particularmente a partir de agosto de 2020. Uma das possíveis explicações para tal comportamento reside nas diferenças socioeconômicas entre as áreas rurais e urbanas (OCDE, 2021a).

Conforme a TABELA 1, em que os países estão organizados em ordem decrescente de óbitos por milhão de habitantes, é possível verificar que, ao total, foram mais de 86 milhões de casos e de 1,8 milhões de mortes dentre os 36 países membros da OCDE.

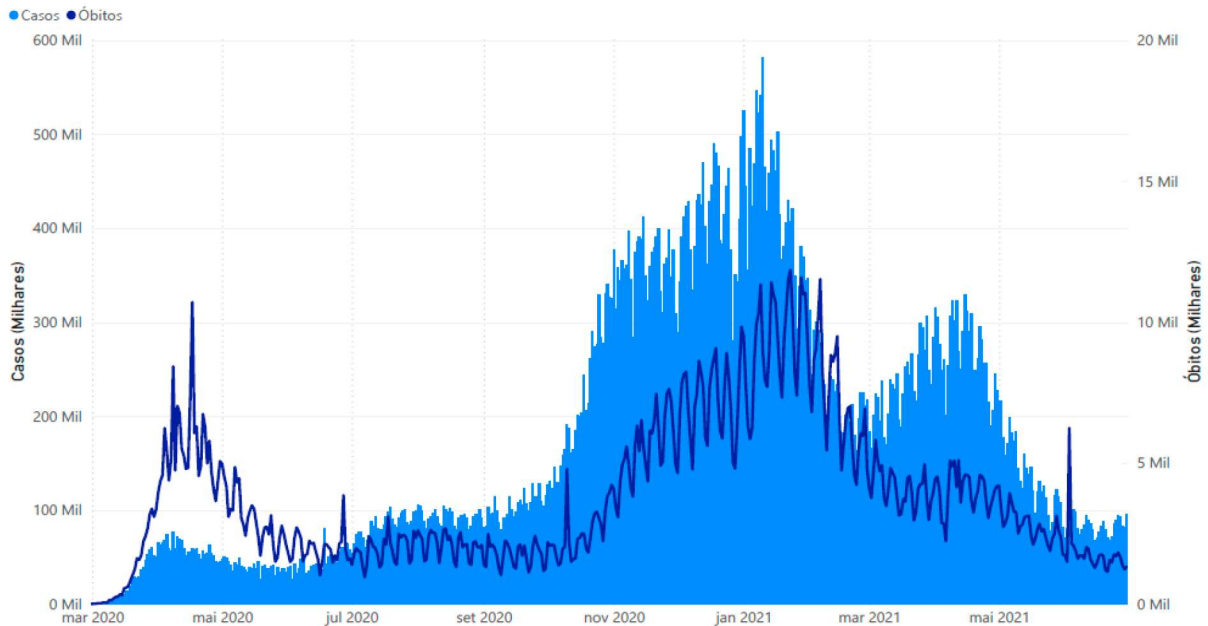
TABELA 1 – TOTAL DE CASOS E ÓBITOS (ABSOLUTOS E POR MILHÃO) NOS PAÍSES-MEMBRO DA OCDE ATÉ 30 DE JUNHO DE 2021

País	Casos por milhão	Óbitos por milhão
Hungria	83.654,11	3.104,65
República Tcheca	155.690,52	2.829,68
Eslováquia	71.733,99	2.291,36
Bélgica	93.629,59	2.172,03
Eslovênia	123.782,31	2.125,61
Itália	70.456,17	2.109,86
Colômbia	83.347,91	2.093,91
Polônia	76.094,33	1.982,24
Reino Unido	70.961,58	1.891,46
Estados Unidos	101.706,04	1.827,02
México	19.539,40	1.807,51
Espanha	81.466,74	1.729,77
Chile	81.391,76	1.702,48
Portugal	86.258,93	1.676,62
França	86.395,76	1.646,49
Lituânia	102.402,35	1.610,04
<b>OCDE</b>	<b>69.577,58</b>	<b>1.516,79</b>
Suécia	107.927,60	1.448,52
Letônia	72.860,17	1.332,31
Luxemburgo	113.082,61	1.306,76
Suíça	81.228,77	1.258,40
Grécia	40.530,92	1.217,20
Áustria	72.216,65	1.188,27
Alemanha	44.593,33	1.085,47
Holanda	99.956,80	1.052,12
Irlanda	55.066,67	1.012,19
Estônia	98.801,47	956,63
Israel	97.252,96	742,76
Canadá	37.698,69	696,12
Turquia	64.331,42	589,67
Dinamarca	50.844,73	437,66
Finlândia	17.279,71	174,89
Noruega	24.222,49	146,46
Islândia	19.208,79	84,98
Coreia do Sul	3.076,37	39,42
Austrália	1.201,69	35,69
Nova Zelândia	568,82	5,39

FONTE: O autor, com base nos dados publicados em ourworldindata.org (2021).

A evolução da pandemia ao longo do tempo nos países-membro da OCDE também teve uma trajetória variada, conforme ilustrado no GRÁFICO 1. Além de um primeiro pico de contaminações em abril de 2020, o início de 2021 também teve novo surto de casos e mortes.

GRÁFICO 1 – TOTAL DE CASOS E ÓBITOS DIÁRIOS DE COVID-19 NOS PAÍSES-MEMBRO DA OCDE ENTRE MARÇO/2020 E JUNHO/2021



FONTE: O autor, com base em WHO (2021).

A densidade populacional associada à pobreza, más condições de moradia, segregação socioeconômica, participação na força de trabalho e acesso limitado aos serviços de saúde são importantes determinantes das taxas de mortalidade entre as regiões, como mostrado num estudo sobre os Estados Unidos. Dentro das cidades, áreas com rendas menores, como o Bronx, na cidade de Nova York, foram geralmente mais afetadas. Já Manhattan, mesmo tendo a maior densidade populacional da cidade, não foi a região mais afetada, o que pode ser explicado pelo fato de ser também o bairro com maior renda per capita da cidade (BASSET, 2020).

Da mesma forma, no Reino Unido, evidências mostram que as áreas menos favorecidas, com maior densidade populacional, na Inglaterra e no país de Gales, apresentaram taxas de mortalidade da COVID-19 desproporcionais em relação às regiões mais abastadas (IACOBUCCI, 2020). De forma similar, na França, as taxas de mortalidade foram duas vezes maiores nos municípios no último quartil da

distribuição nacional de renda do que nos municípios nos quartis mais ricos (BRANDILY, 2020).

Muitos países, regiões e cidades não estavam bem-preparados para a pandemia por diversos motivos: i) subestimaram o risco quando o surto surgiu; ii) muitos não tinham planos de administração para crises em pandemias; iii) faltaram equipamentos de proteção individual, tais como máscaras; e iv) em alguns países, a capacidade do sistema de saúde para responder à crise do coronavírus foi enfraquecida após anos de moderado ou decrescente gasto público e investimento em saúde, após a crise financeira global. Por exemplo, entre 2008 e 2018, o número de leitos hospitalares per capita diminuiu em quase todos os países da OCDE, reduzindo, em média, 0,7% ao ano (OCDE, 2020c).

Além da contagem de óbitos reportados diretamente como relacionados à infecção de COVID-19, o excesso de mortalidade, que é o aumento no número total de mortes em uma região em relação aos anos anteriores, fornece uma indicação útil do impacto geral na saúde no contexto da pandemia e evita problemas de subnotificação causados pelo baixo nível de testagem (OCDE, 2020c).

De fevereiro a junho de 2020, grandes regiões em 31 países da OCDE, com dados disponíveis, registraram em média 6% mais mortes do que nos mesmos meses dos 2 anos anteriores (média de 2018-19). As disparidades regionais neste indicador são extremamente altas. O excesso de mortalidade na grande Londres (Reino Unido), Nova Jersey (Estados Unidos), Lombardia (Itália) e Madrid (Espanha) variaram de 46% a 80% no período de fevereiro a junho de 2020 – pelo menos 22 pontos percentuais a mais do que a média do excesso de mortalidade em seu respectivo país, conforme indicado na GRÁFICO 2 - Painel A (OCDE, 2020b).

As diferenças no excesso de mortalidade durante esse período também revelam um claro padrão entre regiões longe das áreas metropolitanas e outros tipos de regiões, particularmente metropolitanas. Em 17 de 22 países da OCDE, regiões longe da área metropolitana registraram menor excesso de mortalidade do que regiões metropolitanas. Mais especificamente, regiões longe da área metropolitana experimentaram uma média de 5% de excesso de mortalidade, comparado a 9,5% nas regiões metropolitanas. A diferença é ainda maior entre regiões remotas (3%) e grandes regiões metropolitanas (13%). Entretanto, como mostra a GRÁFICO 2 - painel B, existem exceções, como no caso da Suíça, onde o excesso de mortalidade

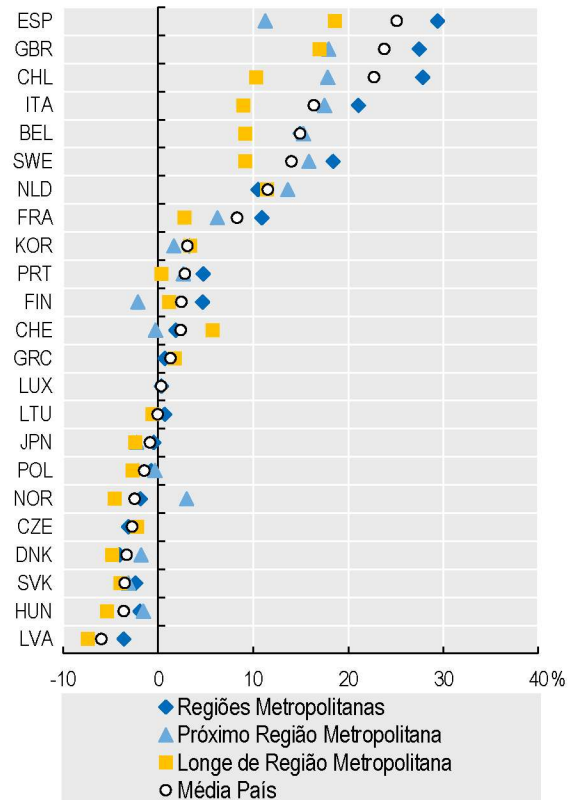
é significativamente mais alto em regiões longe da área metropolitana do que nas regiões metropolitanas (OCDE, 2020b).

GRÁFICO 2 – DISPARIDADES REGIONAIS NO EXCESSO DE MORTALIDADE ENTRE FEVEREIRO E JUNHO/2020, EM RELAÇÃO À MÉDIA DE 2018-19

Painel A: excesso de mortalidade em macrorregiões



Painel B: excesso de mortalidade em microrregiões

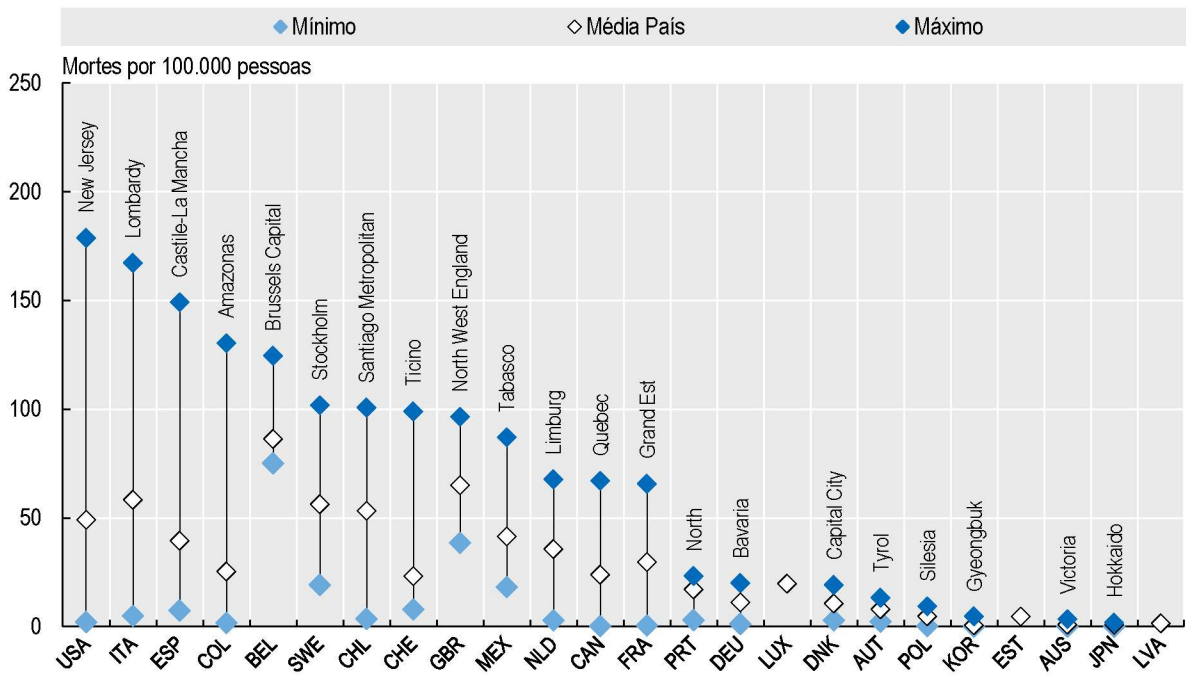


FONTE: OCDE (2020b, p. 27).

Outra medida do impacto da pandemia na saúde consiste nas mortes reportadas devido ao COVID-19. Em 24 países, com dados disponíveis, entre janeiro e 15 de agosto de 2020, regiões registraram 30 mortes por COVID-19 a cada 100.000 pessoas, em média. Todavia, esse dado mascara grandes diferenças entre as regiões. Por exemplo, Nova Jersey (Estados Unidos), Lombardia (Itália), Castile-La Mancha (Espanha), Amazonas (Colômbia), Bruxelas (Bélgica) e Estocolmo (Suécia) registraram uma taxa de mortalidade maior de 100 mortes por 100.000 mil habitantes em meados de agosto, conforme se verifica na GRÁFICO 3. Ademais, grandes disparidades nas mortes de COVID-19 estão presentes dentro dos países. Nos Estados Unidos, Itália e Espanha, essas disparidades regionais excederam 140

mortes por 100.000 habitantes, enquanto regiões tais como Havaí (Estados Unidos), Basilicata (Itália) e Ilhas Canárias (Espanha) experimentaram menos de 8 mortes por COVID-19 a cada 100.000 habitantes (OCDE, 2020b).

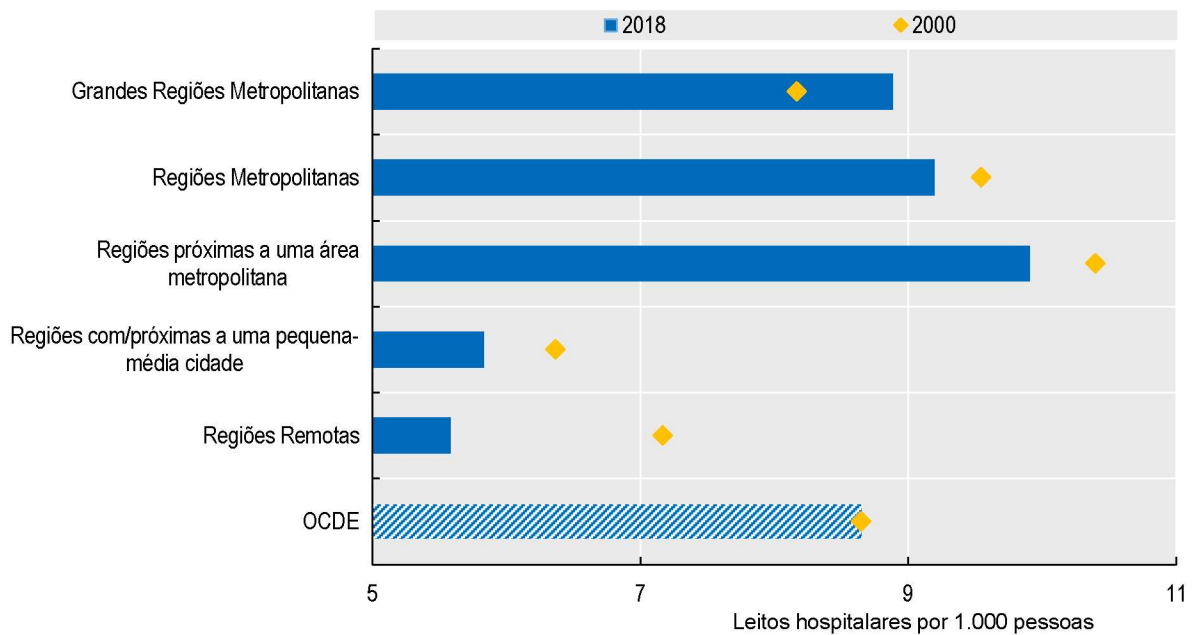
GRÁFICO 3 – DISPARIDADES REGIONAIS NAS MORTES POR COVID-19, DE 24 DE JANEIRO A 15 DE AGOSTO DE 2020



FONTE: OCDE (2020b, p. 27).

Recursos médicos, tais como leitos hospitalares e médicos por habitante, são cruciais para a administração de crises sanitárias, mas diferem substancialmente entre os tipos de regiões. Como se verifica no GRÁFICO 4, as regiões metropolitanas têm 65% mais leitos hospitalares per capita do que regiões remotas, uma disparidade que pode afetar a capacidade de lidar com crises sanitárias. As fortes desigualdades regionais nas taxas de morbidade tornam alguns lugares nos países da OCDE mais vulneráveis do que outros. Já as regiões próximas às áreas metropolitanas tinham maior disponibilidade de leitos, com uma média de 10 por 1.000 habitantes, quase o dobro do que se verifica nas regiões remotas. O que também se verifica é a diminuição do número de leitos hospitalares ao longo do tempo, tendo reduzido na maioria das regiões (em média, 6% entre todos os tipos de regiões) entre 2000 e 2018, mas num ritmo muito mais acelerado nas regiões remotas, de aproximadamente 22% (OCDE, 2020b).

GRÁFICO 4 – TAXAS DE LEITOS HOSPITALARES POR 1.000 PESSOAS EM 2000 E 2018



FONTE: OCDE (2020b, p. 29).

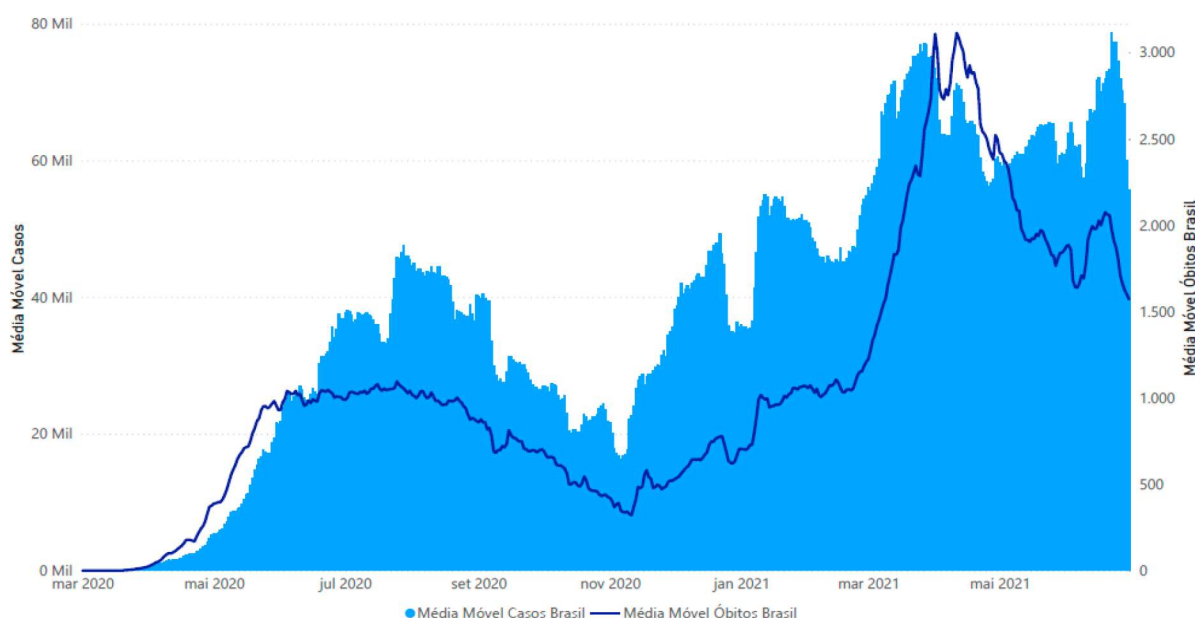
Verifica-se, por fim, que os primeiros meses da pandemia de COVID-19 afetaram os países da OCDE de maneira desproporcional, variando de acordo com a capacidade de enfrentamento a uma crise sanitária, condições de vida da população, condições ambientais e morbidades prevalentes de cada região. Em particular as regiões metropolitanas, que, apesar de melhores sistemas de saúde, são mais populosas, parecem ter sido mais afetadas pela pandemia.

## 2.2 PANORAMA DA PANDEMIA NO BRASIL

O primeiro caso de COVID-19 no Brasil foi confirmado em 26 de fevereiro de 2020, no estado de São Paulo. Entretanto, só foram tomadas medidas de distanciamento social no estado quase um mês depois, o que favoreceu a rápida disseminação do vírus no estado e, conseqüentemente, no país. Aproximadamente um mês após a confirmação deste primeiro caso, todas as 27 Unidades Federativas já registravam dez ou mais casos da doença (NIQUINI et al., 2020). Ao final de junho de 2021, conforme dados de Cota (2021), o Brasil já havia registrado 18.570.294 casos e 518.488 mortes decorrentes do COVID-19. O GRÁFICO 5 apresenta a

trajetória desde março de 2020 até junho de 2021 da pandemia no país, com a média móvel de 7 dias de casos e óbitos neste período.

GRÁFICO 5 – MÉDIA MÓVEL (7 DIAS) DE CASOS E ÓBITOS DE COVID-19 NO BRASIL ENTRE MARÇO/2020 E JUNHO/2021



FONTE: O autor, com base em COTA (2021).

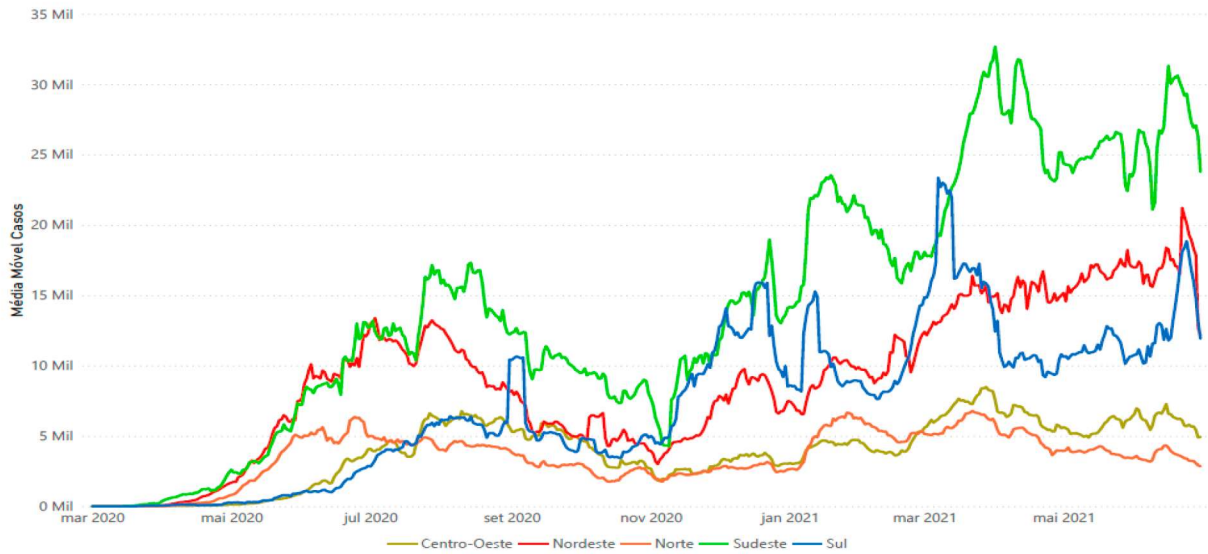
É possível notar um primeiro pico da doença em maio de 2020, com casos e mortes que se mantiveram altos até agosto do mesmo ano. Após uma diminuição dos números no segundo semestre de 2020, os meses de março e abril de 2021 se mostraram os piores desde o início da pandemia, com um novo pico de casos e óbitos. Neste período, a média móvel de casos no país chegou ao nível de 80.000 contaminados e a média de óbitos ultrapassou a marca de 3.000 pessoas por dia.

O cenário brasileiro é heterogêneo no tocante à evolução da pandemia assim como no acesso à saúde, dado seu território de proporções continentais, com diferentes padrões de distribuição populacional, de condições de transporte, além de desigualdades de renda e educação (NIQUINI et al., 2020).

O GRÁFICO 6 compara a média móvel, de 7 dias, de casos das regiões brasileiras e o GRÁFICO 7, a de óbitos. Verifica-se que a região Sudeste foi fortemente impactada desde o início da pandemia, em março de 2020, uma vez que os primeiros casos foram registrados no estado de São Paulo e Rio de Janeiro. Além disso, as medidas de distanciamento social não foram implantadas de maneira

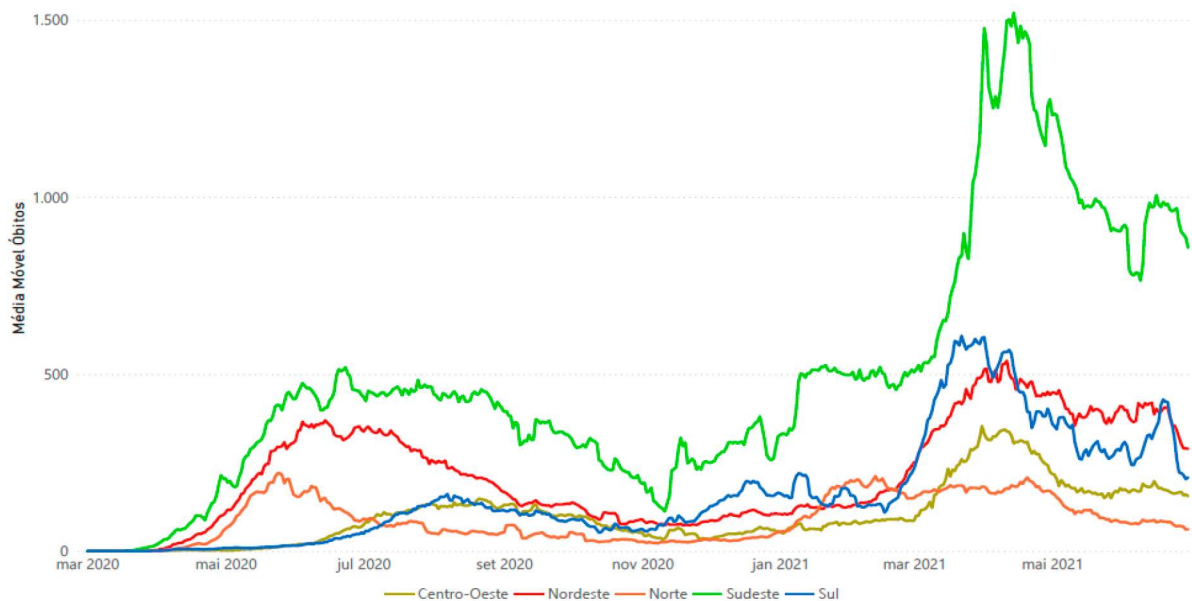
uniforme nos estados brasileiros. Enquanto o estado do Rio de Janeiro deu início às medidas de distanciamento social em 13 de março de 2020, São Paulo só o fez quase um mês depois da confirmação do primeiro caso, o que contribuiu para o rápido espalhamento da doença no estado (NIQUINI et al., 2020).

GRÁFICO 6 – MÉDIA MÓVEL (7 DIAS) DE CASOS DE COVID-19, POR REGIÃO, ENTRE MARÇO/2020 E JUNHO/2021



FONTE: O autor com base em COTA (2021).

GRÁFICO 7 – MÉDIA MÓVEL (7 DIAS) DE ÓBITOS DE COVID-19, POR REGIÃO, ENTRE MARÇO/2020 E JUNHO/2021



FONTE: O autor com base em COTA (2021).

Outro ponto relevante é a maior população e densidade populacional da região sudeste em comparação com as demais regiões do país, favorecendo a disseminação do vírus e contribuindo para a liderança da região no número de casos e óbitos. A região Nordeste também foi bastante impactada no início da pandemia e apresentou uma trajetória semelhante à da região Sudeste, porém com um número absoluto de casos menor. Na região Sul, o primeiro pico de casos se deu apenas no segundo semestre de 2020, apresentando leve queda ao final deste ano, e voltando a registrar alto nível de contaminação pelo vírus em 2021. Já as regiões Centro-Oeste e Norte, as regiões menos populosas do país, tiveram, especialmente a partir de julho de 2020, uma trajetória semelhante quanto ao número de casos.

No número de óbitos, novamente o Sudeste apresenta os maiores números. Verifica-se também que as regiões Norte e Nordeste foram fortemente impactadas no início da pandemia, voltando a apresentar novos picos no número de mortes no primeiro semestre de 2021. A região Sul, apesar de ter tido poucos impactos no início de 2020, teve um grande aumento do número de casos ao final deste ano, apresentando números elevados de óbitos em 2021. Assim como para o número de casos, a região Centro-Oeste apresentou um comportamento semelhante ao da região Norte durante o período analisado, especialmente a partir do segundo semestre de 2020.

### 3 OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO MERCADO DE TRABALHO

Segundo OIT (2021), em 2020, os mercados de trabalho ao redor do mundo foram desestruturados numa escala sem precedentes na história. As perdas de horas trabalhadas foram aproximadamente quatro vezes maiores do que crise financeira global de 2008. Essas perdas se deram tanto pelo desemprego quanto pela redução de horas trabalhadas por aqueles que não perderam emprego, com grandes variações entre as regiões do globo. O aumento no desemprego resultou numa perda de renda do trabalho global (antes de considerar as medidas de suporte à renda adotadas pelos governos), em 2020, de 8,3%, ou seja, US\$ 3,7 trilhões ou 4,4% do PIB global.

Nos países da OCDE, o impacto inicial da pandemia de COVID-19 no mercado de trabalho se mostrou dez vezes mais intenso do que o observado nos primeiros meses da crise financeira global de 2008. Levando em consideração a queda, tanto do emprego quanto da redução em horas trabalhadas entre aqueles que permaneceram trabalhando, o total de horas trabalhadas caiu 12,2% nos três meses iniciais, comparado a 1,2% em 2008 (OCDE, 2020a).

No mercado de trabalho brasileiro, o início da pandemia deixou os trabalhadores mais vulneráveis, levando parcela considerável deles para fora da força de trabalho. Reduziram-se também as possibilidades destes trabalhadores conseguirem emprego, uma vez que a oferta reduziu drasticamente. Particularmente os trabalhadores mais vulneráveis, tais como mulheres, negros e jovens, foram os mais afetados. De modo geral, as quedas na economia causadas pela pandemia, em 2020, levaram o mercado de trabalho brasileiro a uma condição de desocupação e inatividade sem precedentes (COSTA; BARBOSA; HECKSHER; 2021).

O objetivo desse capítulo é, a partir dos dados divulgados para os países analisados, verificar o impacto da pandemia de COVID-19 no mercado de trabalho, analisando as taxas de desemprego, as taxas de participação na força de trabalho, as variações nos rendimentos e, também, como se deu a utilização do teletrabalho nas regiões em questão. Na primeira subseção do capítulo apresentam-se as bases conceitual e metodológica dos indicadores analisados; nas subseções posteriores, os indicadores do mercado de trabalho da OCDE e do Brasil; e, por fim, são discutidos os resultados apresentados.

### 3.1 BASE CONCEITUAL E METODOLÓGICA

Preliminarmente, para um panorama mais geral sobre os impactos da pandemia de COVID-19 no mercado de trabalho, optou-se por analisar as taxas de desocupação nos países. Porém, a taxa de desocupação oferece apenas um guia parcial na investigação da extensão da crise no mercado de trabalho. As mudanças nas taxas de desocupação desde o início da pandemia variaram de maneira brusca, refletindo diferenças fundamentais nas respostas dos países à crise, além da complexidade da coleta e comparação das estatísticas do mercado de trabalho em tempos de pandemia (OCDE, 2020a).

Ademais, existem razões mais técnicas, porém importantes, para que as taxas de desocupação nesse estágio forneçam apenas uma orientação parcial na análise dos mercados de trabalho ao redor do mundo e, portanto, devem ser lidas com cautela. A primeira delas se refere aos dados coletados, os quais não são necessariamente os mais adequados para choques repentinos, tais como uma pandemia, em termos de granularidade e tempo, já que o momento específico em que os dados foram coletados pode não captar completamente a extensão do choque. A crise de COVID-19 também trouxe muitos desafios práticos à produção das estatísticas econômicas, uma vez que as pesquisas não puderam ser realizadas pessoalmente e muitas das equipes que coletam os dados operaram com capacidade reduzida, portanto, em diversos países, as amostras foram menores do que o usual (OCDE, 2020a).

Em segundo lugar, as estatísticas de desocupação refletem o fato de que os *lockdowns* afetaram o comportamento de procura por trabalho das pessoas, logo, as restrições impostas pelos governos e o medo de se infectar fizeram com que trabalhadores desempregados na verdade possam ter sido considerados como inativos, uma vez que não buscaram emprego no período analisado. Tal fato pode diminuir o número de desempregados e, conseqüentemente, a taxa de desocupação (OCDE, 2020a).

Por fim, ressalta-se que as estatísticas de desemprego podem ser menos comparáveis entre os países, devido aos diferentes conceitos aplicados em cada um deles na classificação de emprego e desemprego. Tipicamente, essas diferenças têm apenas um impacto limitado numa comparação mais ampla das estatísticas de

desemprego, porém, em tempos de crise, a comparabilidade entre países pode ser afetada substancialmente (OCDE, 2020a).

Optou-se, portanto, por analisar as taxas de desemprego e as taxas de participação na força de trabalho para se ter uma visão mais ampla das implicações da pandemia no mercado de trabalho. Em seguida, é feita a observação do comportamento dos rendimentos do trabalho para o mesmo período e, finalmente, uma investigação de como a utilização do teletrabalho se deu no grupo de países analisados.

Para que as comparações entre os dados da OCDE e do Brasil possam ser realizadas, é necessário, também, explicitar quais os conceitos e definições usados pelos órgãos responsáveis pela elaboração das estatísticas do mercado de trabalho.

De forma geral, o conceito de desemprego, ou desocupação, refere-se às pessoas em idade para trabalhar que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e em busca de trabalho. A taxa de desocupação, portanto, é a porcentagem de pessoas na força de trabalho que estão desempregadas. As diferenças conceituais entre OCDE e Brasil residem na delimitação da população em idade de trabalhar. Conforme IBGE (2021), na divulgação dos dados do mercado de trabalho através da PNAD Contínua, as pessoas em idade de trabalhar são aquelas com 14 anos ou mais na data de referência. Já a OCDE (2021b) delimita a idade dessa população entre 15 e 64 anos.

Quanto à condição em relação à força de trabalho, o IBGE (2021) classifica as pessoas como na força de trabalho e fora da força de trabalho. As pessoas na força de trabalho são aquelas ocupadas ou desocupadas na semana de referência e as que estão fora da força de trabalho são as que não estavam nem ocupadas nem desocupadas nessa semana. Tem-se a taxa de participação na força de trabalho como o percentual de pessoas na força de trabalho em relação às pessoas em idade de trabalhar. Na OCDE, o conceito é semelhante, porém, mantendo-se a diferença na delimitação da população em idade de trabalhar, conforme citado anteriormente.

A PNAD Contínua estima, no que se refere aos rendimentos do trabalho, a massa de rendimento real habitual das pessoas ocupadas em todos os trabalhos, que é “a soma dos rendimentos brutos habitualmente recebidos de todas as pessoas ocupadas em todos os trabalhos que tinham na semana de referência, a preços do

mês do meio do trimestre mais recente que está sendo divulgado.” (IBGE, 2021, p. 5).

Há também a divisão entre setor formal e informal, que, na pesquisa da PNAD Covid-19, divulgada pelo IBGE, foi utilizada de forma a identificar o comportamento do mercado de trabalho para cada um desses setores. Essa classificação considera o setor de trabalho da pessoa como informal caso o trabalhador seja do setor privado sem carteira de trabalho assinada e não contribuinte para a previdência social; trabalhador no setor público não estatutário sem carteira assinada e não contribuinte para a previdência; empregador ou conta própria não contribuinte para a previdência social – nos outros casos, o trabalhador faz parte do setor formal (IPEA, 2020).

### 3.2 INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO DA OCDE

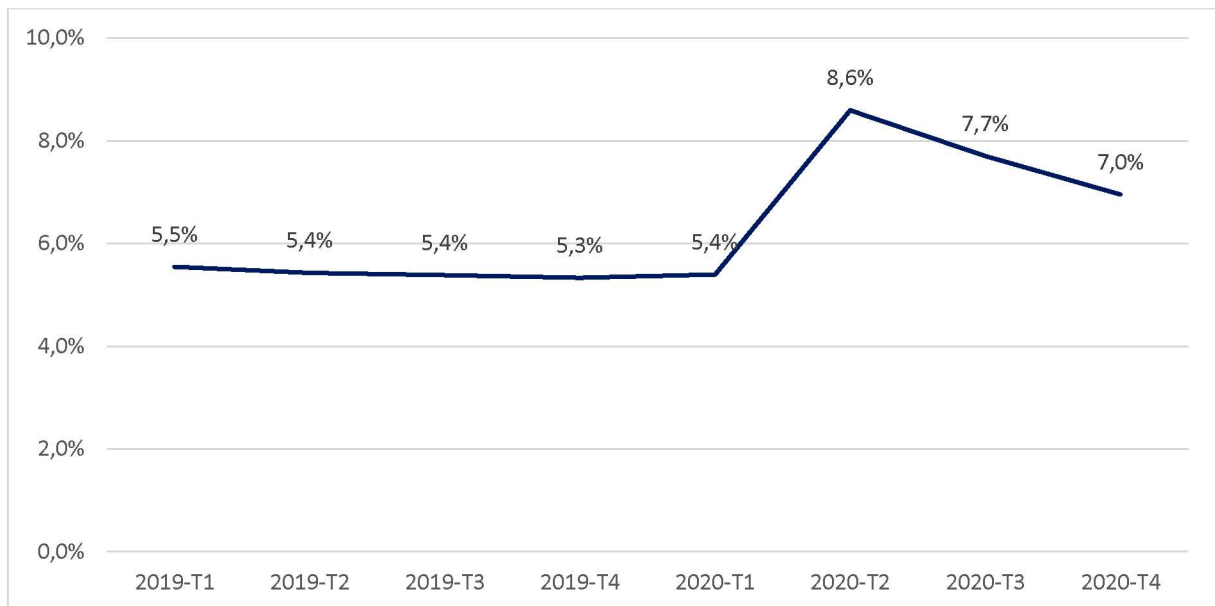
Os números divulgados para o ano de 2020 sugerem que a taxa de desemprego na área da OCDE foi consideravelmente maior do que no auge da crise financeira global. Porém, a extensão do choque no mercado de trabalho é ainda maior, pois, apesar de um deslocamento de muitos trabalhadores para o teletrabalho, em muitos países o número daqueles efetivamente empregados reduziu consideravelmente, devido à interrupção de contratações por muitas empresas ou, até mesmo, pela suspensão das atividades de parte de seus funcionários, através dos programas de manutenção de emprego subsidiados pelos governos. Evidências disponíveis também sugerem que os grupos mais vulneráveis – os trabalhadores menos qualificados, jovens e imigrantes – assim como as mulheres, estão pagando um preço mais alto pela crise (OCDE, 2020a).

O impacto econômico da crise de COVID-19 variou entre as regiões. A especialização econômica regional em setores direta ou indiretamente expostos à pandemia e a participação nas cadeias globais de valor ampliaram o impacto da crise, especialmente em pequenas e médias empresas. As regiões também são diferentemente afetadas dependendo da capacidade de teletrabalho, que também é agravada pela exclusão digital. Mesmo desconsiderando essa exclusão digital, em média, a parcela de trabalhos propícios ao formato remoto nas cidades é 13 pontos percentuais maior do que nas áreas rurais. O desemprego aumentou

dramaticamente em muitas regiões da OCDE durante o segundo semestre de 2020, em comparação com o mesmo período de 2019, com grandes diferenças regionais no Chile, Espanha, Grécia, México e República Tcheca, por exemplo. Nesses países, as mudanças na taxa de desemprego nas regiões mais afetadas foram duas vezes maiores do que no país como um todo (OCDE, 2021a).

De forma geral, a taxa de desemprego nos países da OCDE aumentou após o início da pandemia. Conforme se verifica no GRÁFICO 8, há um perceptível choque a partir do segundo trimestre de 2020, que não foi plenamente superado até o final deste mesmo ano, mantendo-se a taxa de desemprego em nível mais elevado do que no último trimestre de 2019. Analisando todo o conjunto de países da OCDE, houve, entre o primeiro e o segundo trimestre de 2020, aumento de 3,2 pontos percentuais na taxa de desemprego, com a estabilização da taxa em valor próximo a 7,0% ao final de 2020.

GRÁFICO 8 – TAXA DE DESOCUPAÇÃO (%) NA OCDE, EM 2019 E 2020, POR TRIMESTRE

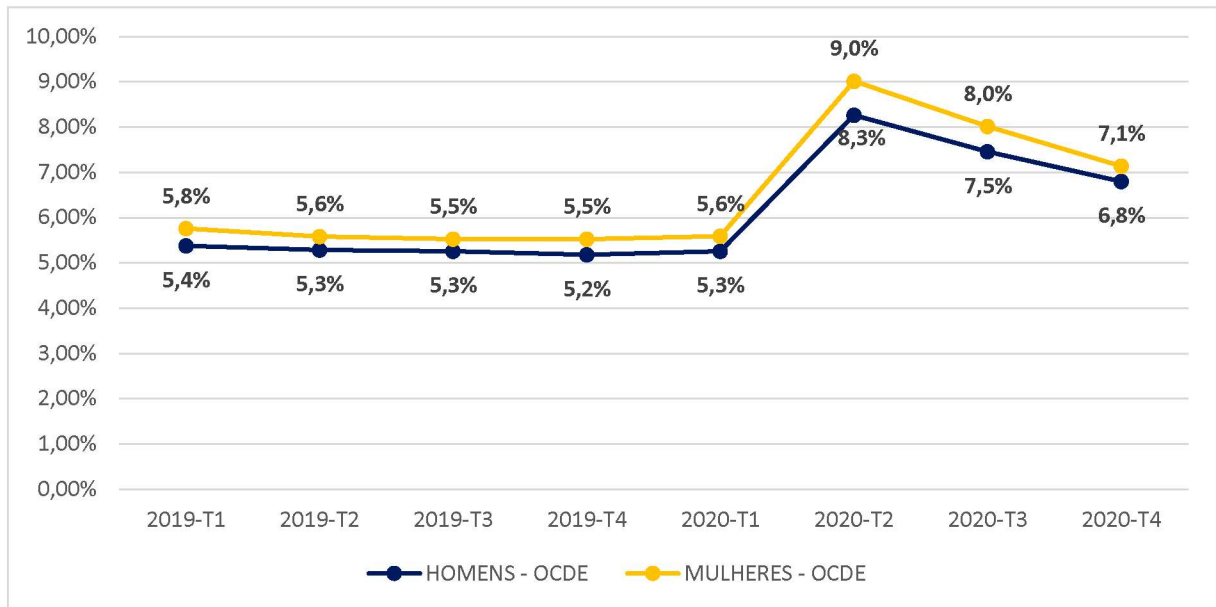


FONTE: O autor, com base nos dados publicados em OCDE (2021c).

Levando-se em consideração o gênero, o GRÁFICO 9 corrobora com a visão de que as mulheres foram mais penalizadas no mercado de trabalho do que os homens, durante a pandemia. Até o primeiro trimestre de 2020, o desemprego já afetava mais as mulheres, em aproximadamente 0,3 pontos percentuais, porém, esse hiato aumentou para aproximadamente 0,7 pontos percentuais no trimestre

seguinte, quando houve o maior choque devido à pandemia de COVID-19. Tal diferença caiu para 0,5 pontos percentuais no terceiro trimestre de 2020 e voltou ao patamar inicial de 0,3 pontos percentuais apenas no último trimestre deste ano.

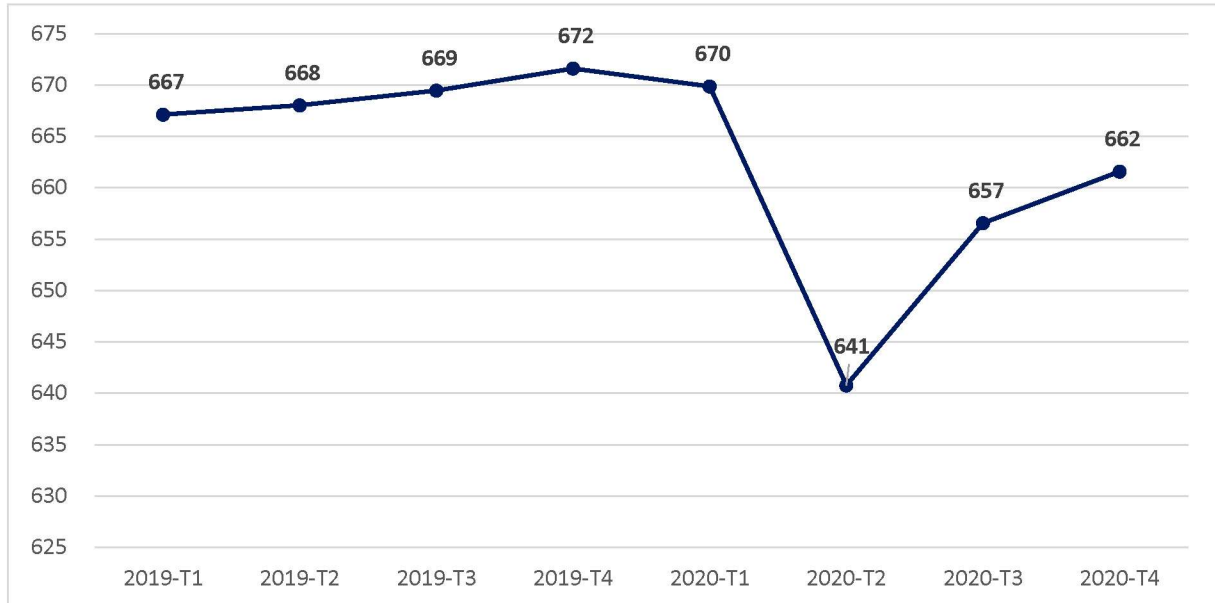
GRÁFICO 9 – TAXA DE DESOCUPAÇÃO (%) NA OCDE, POR GÊNERO, POR TRIMESTRE, EM 2019 E 2020



FONTE: O autor, com base nos dados publicados em OCDE (2021c).

Outro ponto a ser analisado é a participação na força de trabalho, que se refere à população em idade para trabalhar que está de fato na força de trabalho. No caso da OCDE, os dados se referem à população com idade entre 15 e 64 anos. No GRÁFICO 10 estão os dados com as estimativas, por trimestre, do número de pessoas na força de trabalho. Esse número, que se mantinha estável na faixa dos 670 milhões de pessoas até o início da pandemia, sofreu considerável redução, com quase 30 milhões de pessoas saindo da força de trabalho entre o primeiro e o segundo trimestre de 2020. Ademais, até o último trimestre de 2020, não havia sido alcançado o patamar do último trimestre de 2019.

GRÁFICO 10 – ESTIMATIVA DA FORÇA DE TRABALHO (MILHÕES DE PESSOAS) NA OCDE, POR TRIMESTRE, EM 2019 E 2020



FONTE: O autor, com base nos dados publicados em OCDE (2021d).

Outro dado que fornece uma melhor dimensão sobre os efeitos da pandemia de COVID-19 no mercado de trabalho é o de horas trabalhadas. Esse número é capaz de capturar com mais precisão esse impacto por ser afetado pelo aumento do desemprego e, também, pela redução de horas trabalhadas daqueles que permaneceram empregados.

Na média, entre os países da OCDE com dados mensais disponíveis, o total de horas trabalhadas reduziu aproximadamente 20% entre março e abril de 2020. Entretanto, no Canadá, Chile, México, Grã-Bretanha e Estados Unidos, as horas trabalhadas, em abril de 2020, reduziram mais do que a média de 20%, em comparação com janeiro do mesmo ano. Na Suécia, porém, onde as restrições à atividade econômica foram mais limitadas, a redução não passou de 10% (OCDE, 2021e).

Conforme classificação adotada pela OCDE, os empregos são divididos, quanto aos níveis salariais, entre empregos com altos salários e baixos salários. As ocupações com baixos salários se referem aos empregados que recebem menos de dois terços da mediana dos salários da economia, enquanto os trabalhadores com altos salários têm rendimentos maiores que 1,5 vezes a mediana dos salários da economia (OCDE, 2021e).

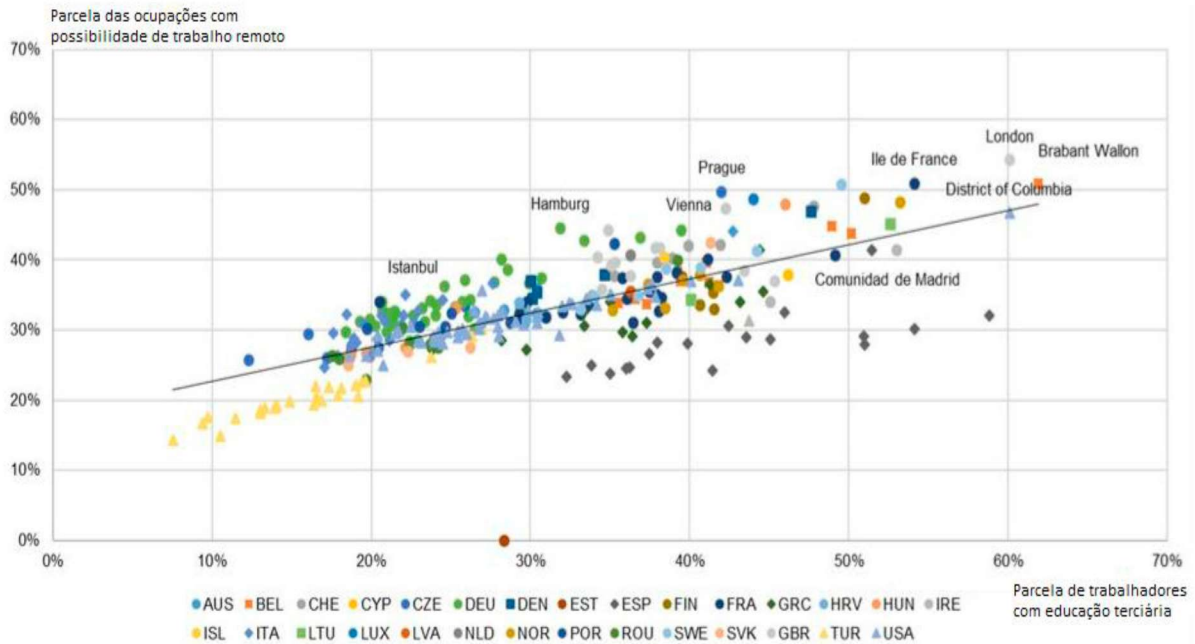
Nas ocupações com baixos salários, a crise de COVID-19 fez com que o número de horas trabalhadas caísse aproximadamente 28%, em comparação com o último trimestre de 2019, nos países da OCDE. No caso dos trabalhadores com altos salários, a queda foi de aproximadamente 10%, uma diferença de 18 pontos percentuais entre os dois níveis (OCDE, 2021e).

Os trabalhadores com menor remuneração estiveram não apenas mais vulneráveis à infecção pelo coronavírus, mas também mais propensos a perderem renda, terem reduzidas, parcial ou integralmente, suas horas de trabalho ou perderem seus empregos. Além disso, os programas de manutenção de emprego parecem ter sido menos efetivos na proteção dos trabalhadores mais vulneráveis do mercado de trabalho. Esse resultado é esperado, uma vez que empregos com baixos salários tendem a ser menos estáveis e menos protegidos pelos contratos de trabalho, além dos menores custos associados à demissão e contratação nestas posições (OCDE, 2021e).

Outro importante determinante para os impactos no mercado de trabalho é a capacidade de implementação do teletrabalho. As ocupações que podem ser exercidas remotamente dependem das atividades exercidas, o que pode variar de maneira significativa inclusive dentro das firmas. Da mesma forma, o potencial para o trabalho remoto varia amplamente entre e dentro dos países. Enquanto em algumas regiões dos países da OCDE, como Londres e Estocolmo, a parcela de trabalhadores que pode trabalhar remotamente chega a 50%, em outras regiões da Eslováquia, Espanha, Romênia e Turquia esse número não chega a 25% (OCDE, 2020d).

O acesso ao trabalho remoto se correlaciona fortemente com as habilidades requeridas para a ocupação. Como resultado, as taxas de potencial ao trabalho remoto refletem a composição da força de trabalho local. A FIGURA 1 ilustra a relação entre as regiões, plotando os níveis de potencial ao trabalho remoto no eixo vertical, contra a parcela de trabalhadores com educação terciária (nível superior), no eixo horizontal. A linha de tendência mostra que, ao aumentar a parcela de trabalhadores com educação superior, cresce em nível similar a parcela de trabalhadores que podem trabalhar remotamente (OCDE, 2020d).

FIGURA 1 – PARCELA DAS OCUPAÇÕES QUE PODEM SER EXERCIDAS REMOTAMENTE (EM %), E TRABALHADORES COM EDUCAÇÃO TERCIÁRIA (%), EM 2018, NOS PAÍSES DA OCDE



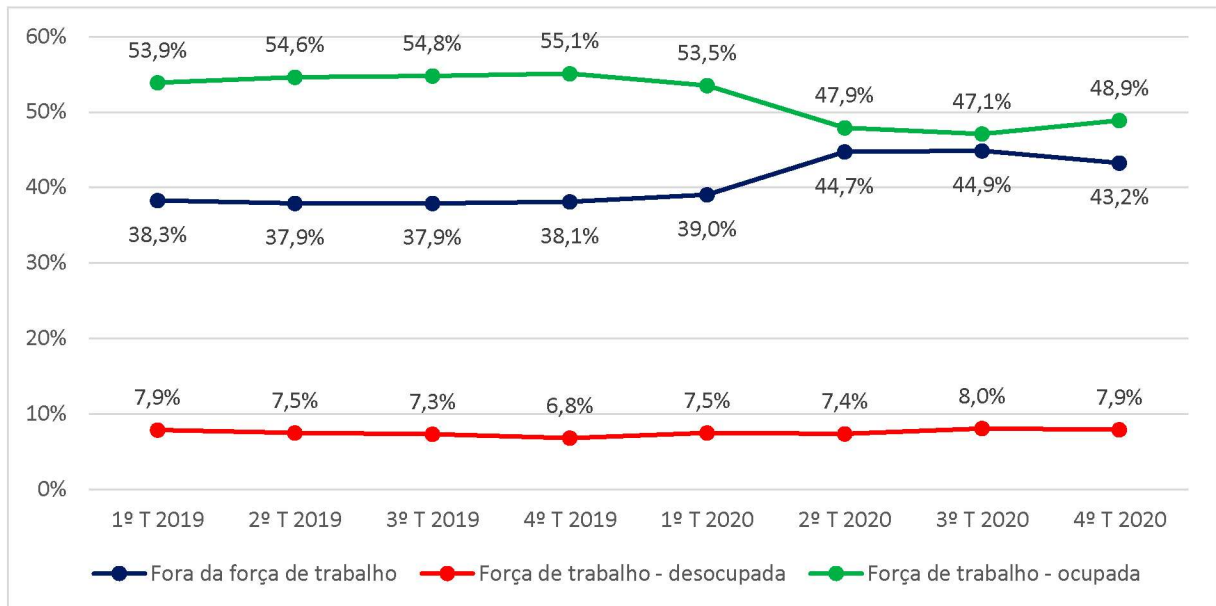
FONTE: Adaptado de OCDE (2020d, p. 6).

Entretanto, as diferenças no potencial ao trabalho remoto entre as regiões não se devem apenas pelas habilidades. A Espanha (marcador verde escuro) e a Turquia (marcador amarelo), por exemplo, estão localizadas bem abaixo da linha de tendência, indicando que a parcela de ocupações com potencial para serem exercidos remotamente é menor que o esperado, dado o nível de educação da força de trabalho. Enquanto regiões na Alemanha (marcador verde) estão acima da linha de tendência. Apesar de exigirem análise mais profunda, a composição industrial das economias regionais pode ter um importante papel (OCDE, 2020d).

### 3.3 INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO DO BRASIL

Ao se analisar os movimentos da população em idade ativa, é possível identificar o padrão já verificado na análise feita para os países da OCDE, em que houve um deslocamento dos trabalhadores para fora da força de trabalho. Apesar de existir um aumento da população desocupada, especialmente do segundo para o terceiro trimestre de 2020, o movimento mais brusco, conforme se verifica no GRÁFICO 11, é no número de trabalhadores ocupados, que caiu 5,6 pontos percentuais do primeiro para o segundo trimestre de 2020.

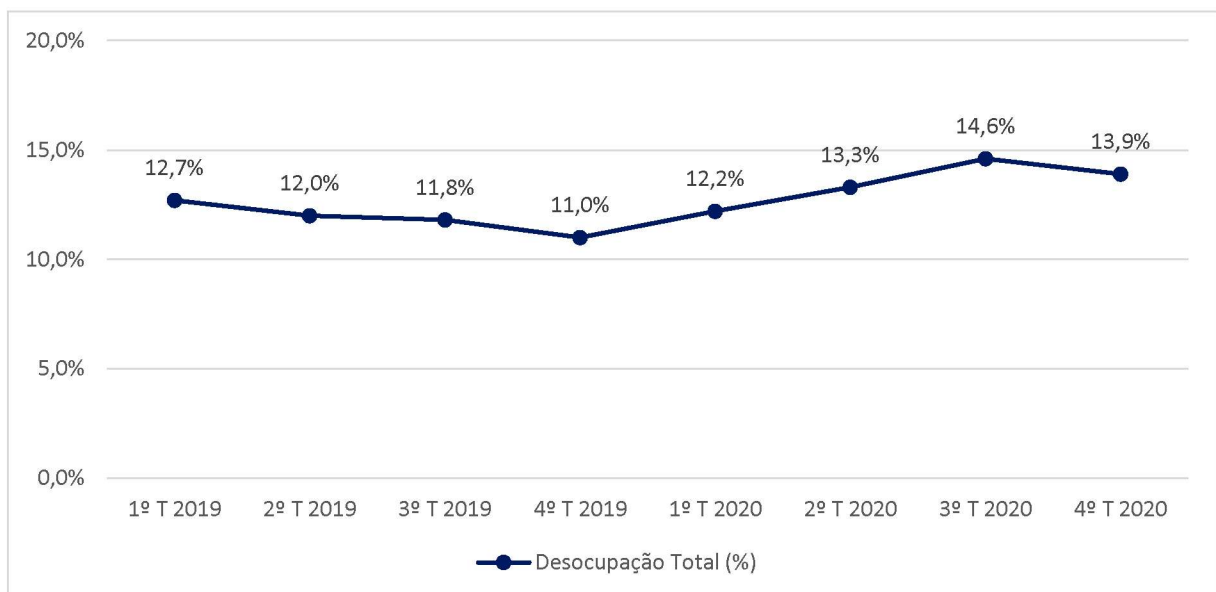
GRÁFICO 11 – POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA POR CONDIÇÃO EM RELAÇÃO À FORÇA DE TRABALHO E CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO, POR TRIMESTRE, EM 2019 e 2020 (EM %)



FONTE: O autor, com base em IBGE (2021).

No GRÁFICO 12, em que se analisa a taxa de desocupação em relação à força de trabalho, é possível verificar de forma mais evidente como o desemprego cresceu ao longo de 2020 e se manteve, em 2021, num nível ainda mais alto do que verificado nos anos anteriores.

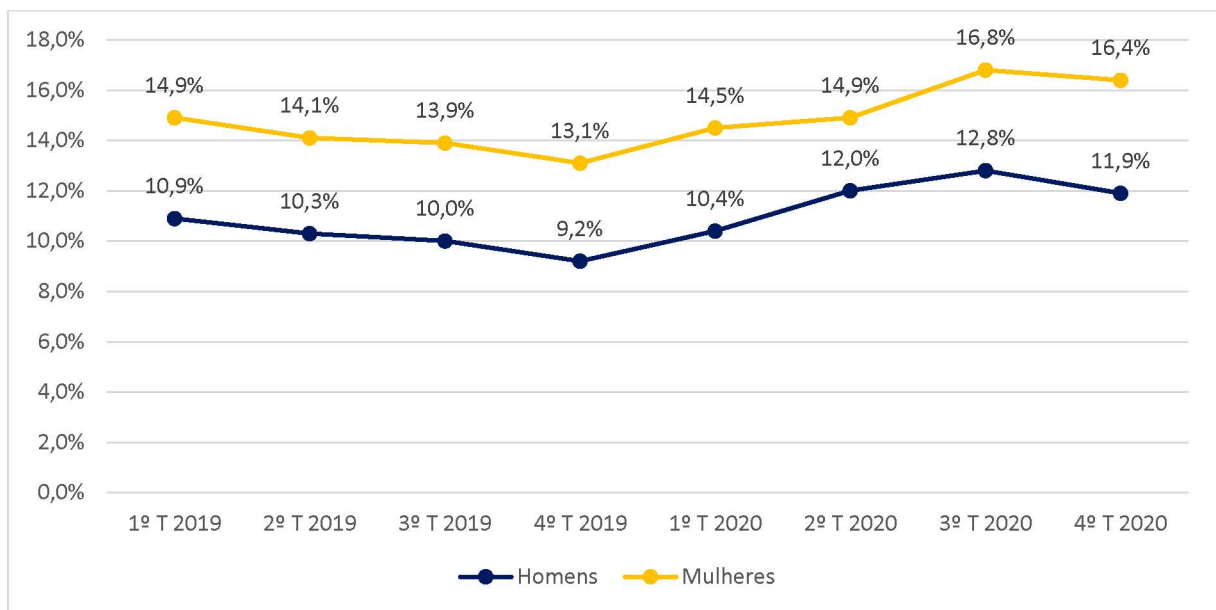
GRÁFICO 12 – TAXA DE DESOCUPAÇÃO, EM RELAÇÃO À FORÇA DE TRABALHO, POR TRIMESTRE, EM 2019 e 2020 (EM %)



FONTE: O autor, com base em IBGE (2021).

Analisando a taxa de desocupação por gênero, o GRÁFICO 13 indica que as mulheres foram mais afetadas pelo desemprego na pandemia, especialmente ao final de 2020, quando a diferença em relação aos homens ficou em 4,5 pontos percentuais, um hiato ainda maior do que o já observado durante o ano 2019, que ficou próximo a 4 pontos percentuais.

GRÁFICO 13 – TAXA DE DESOCUPAÇÃO, EM RELAÇÃO À FORÇA DE TRABALHO, POR TRIMESTRE, EM 2019 e 2020 (EM %)



FONTE: O autor, com base em IBGE (2021).

Outro indicador que corrobora com a ideia de que as condições do mercado de trabalho brasileiro pioraram com a pandemia é a massa de rendimento real de todos os trabalhos, efetivamente recebido no mês de referência. Na TABELA 2, a queda que se verifica no 2º trimestre de 2020 é bastante significativa, sendo 11,8% menor que o valor verificado no mesmo trimestre do ano anterior e 20,32% menor que o primeiro trimestre do mesmo ano. Mesmo ao final de 2020, apesar da recuperação que se verifica, a massa de rendimentos não alcança, ainda, o mesmo patamar do final do ano anterior.

TABELA 2 – MASSA DE RENDIMENTO REAL DE TODOS OS TRABALHOS (EM MILHÕES DE REAIS), POR TRIMESTRE, E VARIAÇÃO ENTRE TRIMESTRES (%), EM 2019 E 2020

Trimestre	Massa de rendimento real (milhões de reais)	Variação mesmo Trimestre do ano anterior (%)	Variação Trimestre anterior (%)
1º T 2019	251.235	3,45%	6,08%
2º T 2019	229.764	2,36%	-8,55%
3º T 2019	232.185	1,78%	1,05%
4º T 2019	244.390	3,19%	5,26%
1º T 2020	254.344	1,24%	4,07%
2º T 2020	202.661	-11,80%	-20,32%
3º T 2020	208.185	-10,34%	2,73%
4º T 2020	220.024	-9,97%	5,69%

FONTE: O autor, com base em IBGE (2021).

Ainda, conforme análise de Neri (2021), com base PNAD Contínua do segundo trimestre de 2021, a renda individual média do brasileiro – considerando trabalhadores informais, desempregados e inativos – se encontrava 9,4% abaixo do nível apresentado ao final de 2019. Para os 50% mais pobres, esta perda de renda foi de 21,5%, enquanto para os 10% mais ricos, a redução foi de 7,16%.

Finalizando a análise do mercado de trabalho brasileiro durante a pandemia, a pesquisa PNAD Covid-19, realizada pelo IBGE durante os meses de maio a novembro de 2020, mostrou que, subdividindo-se os vínculos trabalhistas das pessoas exercendo suas atividades de maneira remota entre formal e informal, houve um absoluto e persistente predomínio dos indivíduos no setor formal. Em maio de 2020, como apresenta a TABELA 3, dos 7,3 milhões de pessoas em *home office*, 6,2 milhões possuíam vínculo de trabalho formal, enquanto os demais se encontravam no setor informal. Ainda em novembro, 84,8% da população em trabalho remoto encontrava-se no setor formal. Ademais, a PNAD Covid-19 também estimou que, em novembro de 2020, 76% das pessoas em trabalho remoto no país possuíam, ao menos, o ensino superior completo (IPEA, 2021).

TABELA 3 – PESSOAS EM TRABALHO REMOTO SEGMENTADAS PELOS SETORES FORMAL E INFORMAL (EM MILHÕES DE PESSOAS) ENTRE MAIO/2020 E NOVEMBRO/2020

Setor	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20
Formal	7,2986	7,3614	7,0684	7,0573	6,7905	6,3894	6,2135
Informal	1,4108	1,3325	1,3344	1,3185	1,2829	1,2066	1,1166

FONTE: Adaptado de IPEA (2021).

Segundo a estimativa de IPEA (2020), o Brasil, dadas as características de seu mercado de trabalho, possui, em média, um percentual de pessoas em potencial de teletrabalho de, aproximadamente, 22,7%, o que corresponde a 20,8 milhões de pessoas. Além disso, de acordo com a PNAD Covid-19, dos trabalhadores que trabalharam remotamente durante os primeiros meses da pandemia, mais de 70% possuíam nível superior completo (IPEA, 2021).

Desse modo, verifica-se que, no Brasil, o trabalhador que pode atuar remotamente possui perfil de maior escolaridade, atuando no setor formal, sendo esta, portanto, a realidade de uma pequena e mais privilegiada parcela do mercado de trabalho.

### 3.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme mencionado no início do capítulo, os dados do mercado de trabalho podem ser de difícil comparação entre os países, dadas as características intrínsecas às economias dos países e das diferentes metodologias adotadas na elaboração das estatísticas do trabalho. Ademais, a pandemia de COVID-19 afetou os países de formas diferentes, tendo os governos, também, adotado medidas distintas no âmbito sanitário e econômico. Feita essa ressalva inicial, é notório que alguns movimentos dentro do mercado de trabalho pareceram seguir um determinado padrão.

Em termos de desocupação, verificou-se um aumento, tanto na média dos países da OCDE, quanto no Brasil. As taxas, que se mantinham em padrão estável em 2019, tiveram aumento acentuado a partir do segundo trimestre de 2020. Na OCDE, o aumento na desocupação entre o primeiro e segundo trimestres de 2020 foi 3,2 pontos percentuais, enquanto no Brasil, esse valor foi de 1,1 ponto percentual e atingiu o pico do ano no terceiro trimestre, com 14,6% de desocupados na força de trabalho.

Apesar de o aumento na desocupação no Brasil não ter sido tão pronunciado, apesar de estar num patamar já elevado, tem destaque o percentual de trabalhadores que saiu da força de trabalho. Do primeiro para o segundo trimestre de 2020, o aumento dos trabalhadores inativos foi de, aproximadamente, 5,7 pontos percentuais, movimento semelhante ao ocorrido na OCDE, onde mais de

30 milhões de trabalhadores se retiraram da força de trabalho do primeiro para o segundo trimestre de 2020. Essa dinâmica é esperada, dadas as políticas de distanciamento social e fechamentos compulsórios adotados pelos governos ao redor do mundo, além do medo da infecção pelo vírus, que também confinou os trabalhadores em casa.

Quanto aos rendimentos do trabalho, a trajetória, conseqüentemente, também foi de queda. Na OCDE, ainda que não haja dados disponíveis dos rendimentos do trabalho para 2020 para muitos dos países da organização, o número de horas trabalhadas reduziu drasticamente, especialmente nas ocupações com baixos salários. Já no Brasil, os dados da PNAD Contínua apontam para um grande queda nos rendimentos reais do trabalho no segundo trimestre de 2020, 11,8% menor que o verificado no mesmo trimestre do ano anterior e 20,32% menor que no primeiro trimestre do mesmo ano.

Por fim, o teletrabalho, que se mostrou uma boa possibilidade frente aos desafios impostos pela pandemia, aplicou-se apenas a uma pequena parcela dos trabalhadores, especialmente àqueles com maior escolaridade. Tal fato indica que países com mão-de-obra menos qualificada tendem a ter menos ocupações aptas ao teletrabalho. No Brasil, em especial, estima-se que apenas 22,7% dos trabalhadores poderiam exercer suas funções remotamente e, destes, mais de 70% possuíam ensino superior completo. Não é o trabalho remoto, portanto, uma realidade para grande parcela dos trabalhadores brasileiros.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar como os países da OCDE e o Brasil foram afetados pela pandemia, e como o mercado de trabalho destes países se comportou nesse contexto. Mesmo que a pandemia ainda não tenha acabado, e muitos dos efeitos sobre o mercado de trabalho não tenham sido plenamente identificados e entendidos, as primeiras evidências sugerem que a pandemia pode ter, pelo menos inicialmente, amplificado desigualdades já existentes no mercado de trabalho, com os trabalhadores mais vulneráveis pagando preços mais altos pela crise.

Na pandemia, o que se verificou, tanto na OCDE quanto no Brasil, foi que a densidade populacional associada à pobreza, más condições de moradia, segregação socioeconômica e acesso limitado aos serviços de saúde foram importantes determinantes das taxas de mortalidade entre as regiões. Nos primeiros meses da pandemia, os países da OCDE foram afetados de maneira desproporcional, variando de acordo com a capacidade de enfrentamento a uma crise sanitária, condições de vida da população, condições ambientais e morbidades prevalentes de cada região. Já no Brasil, onde o primeiro caso foi confirmado em fevereiro de 2020, é possível notar um primeiro pico da doença iniciando em maio de 2020 e se mantendo até agosto do mesmo ano. Após uma diminuição dos números no segundo semestre de 2020, os meses de março e abril de 2021 se mostraram os piores desde o início da pandemia, com um novo pico de casos e óbitos.

Neste cenário de crise sanitária, os mercados de trabalho do mundo foram desestruturados em uma escala sem precedentes. As perdas de horas trabalhadas foram aproximadamente quatro vezes maiores do que crise financeira global de 2008. Ademais, o aumento no desemprego resultou numa perda de renda do trabalho global (antes de considerar as medidas de suporte à renda adotadas pelos governos), em 2020, de 4,4% do PIB global.

Nos países da OCDE, o impacto inicial da pandemia de COVID-19 no mercado de trabalho se mostrou dez vezes mais intenso do que o observado nos primeiros meses da crise financeira global de 2008, levando-se em consideração a queda tanto do emprego quanto da redução em horas trabalhadas entre aqueles que permaneceram trabalhando.

No mercado de trabalho brasileiro, o início da pandemia deixou os trabalhadores mais vulneráveis, levando parcela considerável deles para fora da força de trabalho. Reduziram-se também as possibilidades destes trabalhadores conseguirem emprego, uma vez que a oferta reduziu. De modo geral, as quedas na economia causadas pela pandemia, em 2020, levaram o mercado de trabalho brasileiro a uma condição inédita de desocupação e inatividade.

Ainda que de difícil comparação, é notório o padrão de piora nas estatísticas dos mercados de trabalho dos países analisados. A taxa de desocupação aumentou tanto na média dos países da OCDE quanto no Brasil. Elas, que se mantinham em padrão estável em 2019, tiveram aumento acentuado a partir do segundo trimestre de 2020. Na OCDE, o aumento na desocupação entre o primeiro e segundo trimestres de 2020 foi 3,2%, enquanto no Brasil, esse valor foi de 1,1% e atingiu o pico do ano no terceiro trimestre, com 14,6% de desocupados na força de trabalho.

Ainda, a crise causada pela pandemia de COVID-19 apresentou a peculiaridade de levar os trabalhadores para fora da força de trabalho, uma vez que muitos deles foram impedidos de trabalhar ou, com medo da infecção, optaram por permanecer em casa. Para os trabalhadores informais, as dificuldades foram ainda maiores, uma vez que foram retiradas suas fontes de renda, levando muitos trabalhadores à condições de extrema pobreza. No Brasil, do primeiro para o segundo trimestre de 2020, o aumento dos trabalhadores inativos foi de, aproximadamente, 5,7%, movimento semelhante ao ocorrido na OCDE, onde mais de 30 milhões de trabalhadores se retiraram da força de trabalho do primeiro para o segundo trimestre de 2020. Na OCDE, o número de horas trabalhadas reduziu drasticamente, especialmente nas ocupações com baixos salários. Já no Brasil, os dados da PNAD Contínua apontam para um grande queda nos rendimentos reais do trabalho no segundo trimestre de 2020, 11,8% menor que o verificado no mesmo trimestre do ano anterior e 20,32% menor que no primeiro trimestre do mesmo ano.

O teletrabalho, apesar de ter se mostrado importante para a manutenção de muitos empregos, aplicou-se apenas a uma pequena parcela dos trabalhadores, especialmente àqueles mais escolarizados. Tal fato indica que países com mão-de-obra menos qualificada tendem a ter menos ocupações aptas ao teletrabalho. No Brasil, em especial, estima-se que apenas 22,7% dos trabalhadores poderiam

exercer suas funções remotamente e, destes, mais de 70% possuíam ensino superior completo.

Conclui-se, portanto, que a pandemia causou uma considerável piora nas condições dos mercados de trabalho tanto do Brasil quanto da OCDE, com aumento nas taxas de desocupação, saída de trabalhadores da força de trabalho, queda nas horas trabalhadas e nos rendimentos dos trabalhadores. Especialmente os mais vulneráveis, como mulheres, jovens, e os menos escolarizados, parecem ter sido mais afetados num cenário que já lhes era desfavorável.

## REFERÊNCIAS

BASSET, M. Just Because You Can Afford to Leave the City, Doesn't Mean You Should. **New York Times**, 2020. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2020/05/15/opinion/sunday/coronavirus-cities-density.html>>. Acesso em 11 jul. 2020.

BRANDILY, B. et al. A Poorly Understood Disease? The Unequal Distribution of Excess Mortality Due to COVID-19 Across French Municipalities. **Health Economics**, 2020. Disponível em: <<http://medrxiv.org/lookup/doi/10.1101/2020.07.09.20149955>>. Acesso em 14 jul. 2021.

COSTA, J. S.; BARBOSA, A. L. N. H.; HECKSHER, M. D. **Desigualdades no mercado de trabalho e a pandemia da COVID-19**. Rio de Janeiro: IPEA, 2021. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10660>>. Acesso em 12 set. 2021.

COTA, W. **Monitoring the number of COVID-19 cases and deaths in brazil at municipal and federative units level**. 2021. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/362/version/371>>. Acesso em 13 jul. 2021.

IACOBUCCI, G. Covid-19: Deprived areas have the highest death rates in England and Wales. **BMJ**, Vol. 369:m1810, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1136/bmj.m1810>>. Acesso em 11 jul. 2021.

IBGE. PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **IBGE**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=31478&t=resultados>>. Acesso em: 03 out. 2021.

OIT. **ILO Monitor: COVID-19 and the world of work**. 2021. Disponível em: <[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms\\_767028.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_767028.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2021.

IPEA. **Carta de Conjuntura: número 47 – 3º trimestre de 2020**. 2020. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200608\\_nt\\_cc47\\_teletrabalho.PDF](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200608_nt_cc47_teletrabalho.PDF)>. Acesso em: 12 out. 2021.

IPEA. **Carta de Conjuntura: número 50 – 1º trimestre de 2021**. 2021. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10472/6/CC\\_50\\_mt\\_trabalho\\_remoto\\_e\\_a\\_pandemia.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10472/6/CC_50_mt_trabalho_remoto_e_a_pandemia.pdf)>. Acesso em: 05 out. 2021.

NERI, M. Desigualdade de Impactos Trabalhistas na Pandemia. **FGV**, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://cps.fgv.br/DesigualdadePandemia>>. Acesso em: 12 out. 2021.

NIQUINI, R. P. et al. SRAG por COVID-19 no Brasil: descrição e comparação de características demográficas e comorbidades com SRAG por influenza e com a população geral. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 7. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00149420>>. Acesso em: 19 jul. 2021.

OCDE. OECD Employment Outlook 2020: worker security and the covid-19 crisis. **OECD Publishing, Paris**, 2020a. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/1686c758-en>>. Acesso em: 09 mai. 2021.

OCDE. OECD Regions and Cities at a Glance 2020. **OECD Publishing, Paris**, 2020b. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/959d5ba0-en>>. Acesso em 14 jul. 2021.

OECD. Job retention schemes during the COVID-19 lockdown and beyond. **OECD Publishing, Paris**, 2020c. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/0853ba1d-en>>. Acesso em: 13 jun. 2021.

OCDE. Capacity for remote working can affect lockdown costs differently across places. **OECD Publishing, Paris**, 2020d. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/0e85740e-en>>. Acesso em: 05 out. 2021.

OCDE. The Territorial Impact of COVID-19: Managing the Crisis and Recovery across Levels of Government. **OECD Publishing, Paris**, 2021a. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/a2c6abaf-en>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

OCDE. Labour force participation rate (indicator). **OECD Publishing, Paris**, 2021b. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/8a801325-en>>. Acesso em: 29 out. 2021.

OCDE. Unemployment rate (indicator). **OECD Publishing, Paris**, 2021c. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/52570002-en>>. Acesso em: 15 set. 2021.

OCDE. Labour force forecast (indicator). **OECD Publishing, Paris**, 2021d. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/c6d4db79-en>>. Acesso em: 25 set. 2021.

OCDE. OECD Employment Outlook 2021: Navigating the COVID-19 Crisis and Recovery. **OECD Publishing, Paris**, 2021e. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/5a700c4b-en>>. Acesso em: 26 set. 2021.

WHO. **COVID-19 and NCDs**. 2020. Disponível em: <<https://www.who.int/docs/default-source/inaugural-who-partnersforum/covid-19-and-ncds---final---corr7.pdf>>. Acesso em: 11 julho 2021.

WHO. **WHO Coronavirus (COVID-19)**. 2021. Disponível em: <<https://covid19.who.int>>. Acesso em: 10 julho 2021.

WIEGO. **Informal Workers in the COVID-19 Crisis: A global picture of sudden impact and long-term risk**. 2020. Disponível em: <[https://www.wiego.org/sites/default/files/resources/file/Informal%20Workers%20in%20the%20COVID-19%20Crisis\\_WIEGO\\_July\\_2020.pdf](https://www.wiego.org/sites/default/files/resources/file/Informal%20Workers%20in%20the%20COVID-19%20Crisis_WIEGO_July_2020.pdf)>. Acesso em 09 jul. 2020.